

## **AMBIENTE E SOCIEDADE NA TEORIA SOCIAL: CONSTRUINDO A INTERDISCIPLINARIDADE**

Leila da Costa Ferreira<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

Este artigo pretende discutir a relevância da interdisciplinaridade e como a área de Ambiente e Sociedade fornece bases privilegiadas para tal reflexão, tanto no seu desenvolvimento no nível internacional como no caso brasileiro. Focaliza-se especialmente no debate sobre sustentabilidade para ilustrar as diversas dimensões da interdisciplinaridade.

### **Palavras-chave:**

interdisciplinaridade, ambiente, sustentabilidade.

### **INTRODUÇÃO**

A sociologia da questão ambiental, enquanto produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos movimentos de contestação social surgidos no início dos anos 1960 e da constatação da situação emergencial de degradação dos recursos naturais decorrente do desenvolvimento do industrialismo.

O nascimento do movimento ambientalista, na década de 1960, surpreendeu os sociólogos que, naquele momento, não dispunham de um corpo teórico ou tradição empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza. Os pioneiros da sociologia clássica (Durkheim, Marx e Weber) tinham abordado a questão de modo tangencial, enquanto surgiam esporadicamente análises sociológicas isoladas sobre temas relacionados à questão ambiental que, no entanto, revelavam-se insuficientes para promover uma acumulação considerável de conhecimento que permitisse a criação de um campo de investigação próprio.

Embora de forma diferenciada segundo países, principalmente a partir dos anos 1960, grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental, perceber sua relevância e abrangência,

---

<sup>1</sup> *Leila da Costa Ferreira é Professora Titular do IFCH / UNICAMP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais / NEPAM e Presidente da ANPPAS.*

enquanto este tema passava a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo.

A sociologia ambiental assume então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza, as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores envolvidos.

Este tipo de orientação desenvolveu-se, especialmente, em meados dos anos 1980, com uma projeção maior dentro da sociologia, contribuindo para a sua revitalização teórica. Tal processo foi em parte motivado pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e a crescente preocupação com os efeitos globais dos riscos ambientais.

Este artigo pretende discutir a relevância da interdisciplinaridade e como a área de Ambiente e Sociedade fornece bases privilegiadas para tal reflexão, tanto no seu desenvolvimento internacional como no caso Latino-americano.

## **AMBIENTE E SOCIEDADE: RUMO À INTERDISCIPLINARIDADE**

É certo que se assiste o surgimento de grupos específicos de cientistas sociais unidos por interesses ou áreas temáticas como a Questão Ambiental. Neste sentido, pode-se refletir onde estariam as oportunidades de experimentação criativa. Pode-se aqui apenas apontar algumas situações em pontos muito diferentes na produção intelectual da área de interface de Ambiente e Sociedade.

A discussão sobre interdisciplinaridade é objeto de constantes controvérsias, não havendo consenso sobre a mesma. O que se pode dizer sobre este debate é que existem, grosso modo, duas visões diferenciadas: a primeira delas aproxima o diálogo entre disciplinas científicas, no intuito de ampliar a explicação dos objetos do conhecimento disciplinares, como no caso da sociologia ambiental onde se busca interagir teoricamente em alguns campos de convergência. A segunda visão sobre a construção interdisciplinar restringe-se ao campo da pesquisa temática, opondo-se à visão das assimilações progressivas entre disciplinas. Esta visão reconhece a especificidade disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada dos saberes disciplinares sobre temas previamente definidos (FLORIANI, 2004).

Neste sentido, pode-se apontar algumas hipóteses que nortearam a reflexão intelectual na área de ambiente e sociedade na

América Latina dando ênfase à revisão crítica do conceito de ambientalismo multissetorial.

Em primeiro lugar, tudo indica que a ênfase nessa área transversal migrou da busca inglória por um ator preferencial de mudança social na ordem econômica e ambiental para uma questão genérica delineada em torno de preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais, independente de juízos de valor sobre elas. Atualmente, essa questão é decomposta em outras derivadas que dizem respeito à governabilidade e às orientações sociais e culturais ou normativas para a resolução de problemas universalmente reconhecidos e considerados politicamente pertinentes.

Nessa linha, as discussões e reflexões das diferentes vertentes da área centram-se em objetos que se inter-relacionam para dar conta de problemas como normatividade, institucionalidade e a emergência de novas instituições acadêmicas na área ambiental. Em segundo lugar, e não menos importante, está o fato de que tanto a produção na área, seja no seu período de formação (nos anos 1960), seja no posterior, como a discussão sobre a interdisciplinaridade, acabam influenciando e sendo influenciadas pela teoria social contemporânea.

Existem alguns autores, Leis (2000), por exemplo, que argumentam que no caso brasileiro estaríamos, na maior parte das vezes, não desenvolvendo perspectivas teóricas em relação ao tema, mas respondendo a uma demanda desenfreada da sociedade civil em relação aos graves problemas ambientais brasileiros.

No entanto, as discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas por Ferreira (2006) tentam mostrar que, no caso brasileiro, há também setores da comunidade acadêmica influenciados seja pelas correntes ligadas à modernização reflexiva, como a teoria do risco (BECK, 1992) e a modernização ecológica (SPAARGAREN, BUTTEL & MOL, 2000), seja pelas perspectivas construcionistas (YEARLEY, 1996 e HANNIGAN, 2000), ou mesmo alguma combinação de ambas.

Tenta-se ainda demonstrar que, nos trabalhos da sociologia ambiental de alcance internacional, há um enfoque materialista durkheimiano, ou seja, realista, expresso pelos trabalhos de Catton e Dunlap (1998) cujas influências se refletem sobre o que se produz na área de ambiente e sociedade no Brasil. Há ainda, no país, trabalhos fortemente influenciados pelo enfoque materialista marxista,

exemplificado principalmente pelos trabalhos de Schnaiberg (1980) e O'Connor (2003).

Considera-se também que existem influências da interdisciplinaridade nos trabalhos desenvolvidos na área. Se, por um lado, desde a década de 1970 a crise ambiental revelou em escala planetária as complexas relações entre a biosfera e a tecnosfera, numa espécie de “futuro comum”, por outro lado às abordagens, primeiro no campo da ciência e da tecnologia contemporânea, em seguida no campo das ciências humanas, começaram a considerar a necessidade de se tratar os problemas de modo integrado; isto é, para além das disciplinas e das especialidades que caracterizam a ciência e a tecnologia modernas.

Apesar do aparato institucional insistir em manter separados e justapostos universos como ambiente e sociedade, esses devem ser pensados juntos, pois o conhecimento sócio-ambiental já produzido permite ir além da questão dos impactos do progresso técnico sobre o ambiente natural e construído, para o enfrentamento de temas que levam as ciências biológicas e sociais a convergirem na busca de um pensamento operatório compartilhado e de uma linguagem transfronteiriça (DOUTORADO AMBIENTE E SOCIEDADE, 2003).

Como acontece com todas as teorias, segundo Floriani (2003), também a sociologia se vê acoçada por disputas teórico-metodológicas, atreladas a diferentes matrizes filosóficas e epistemológicas. O autor afirma que este também parece ser o caso da sociologia ambiental. A sociologia, enquanto corpo teórico de mais de cem anos, teve seu nascimento influenciado pelo positivismo, pelo marxismo, pelo funcional-estruturalismo e a fenomenologia, sendo que cada um desses marcos epistemológicos derivou-se noutras sub-espécies e modelos híbridos.

Ainda segundo o mesmo autor, a área de ambiente e sociedade também pode ser formulada a partir dessas mesmas matrizes, mas o que se percebe de inovador no esforço de alguns autores, e em suas propostas, é a reconstituição da trajetória teórica e metodológica dessa área por meio de um diálogo renovado entre ciências naturais e sociais.

A consolidação dos estudos na área Ambiente e Sociedade na América Latina somente se deu nos anos 1980 e 1990, quando o trabalho intelectual encontrava-se em plena mutação. A política de pós-graduação teve, portanto, de ser construída sobre uma tradição incompleta e fragmentada. Por isso, a discussão sobre qualidade acadêmica é delicada entre nós, pois silencia sobre determinados aspectos da nossa história. O

campo simbólico construiu-se sobre alicerces institucionais, já que a necessidade dos órgãos de financiamento estabelece critérios racionalizantes para uma melhor distribuição dos recursos.

A produção científica, em todas as áreas, como também na área de ambiente e sociedade, é um processo complexo, que se desdobra além do que aparece habitualmente nos termos e na prática dos projetos de pesquisa. Cabe comentar também que as universidades e centros de pesquisa são talvez alguns dos poucos lugares da sociedade atual onde este grau relativo de liberdade pode exprimir-se. Neste sentido, a área de ambiente e sociedade, especialmente no caso latino-americano, pode progredir não apenas por causa de boas idéias, mas também pelo desenvolvimento de centros de pesquisa na área, edição de revistas acadêmicas, congressos, enfim um conjunto de práticas que lhe deram suporte.

Permito-me aqui fazer uma pequena digressão sobre o termo sustentabilidade para podermos compreender as diferentes abordagens teóricas da área. Do ponto de vista histórico, o termo sustentabilidade foi cunhado com o propósito de nos remeter ao vocábulo sustentar, para que aquilo que se sustenta tenha condições de permanecer perene, reconhecível e cumprindo as mesmas funções indefinidamente, mantendo-se estável ao longo do tempo.

Entre os inúmeros conceitos de sustentabilidade que já foram elaborados ao longo dos últimos anos, o que se pretende, enfim, é encontrar os mecanismos de interação nas sociedades humanas que ocorram numa relação harmoniosa com a natureza.

**À LUZ DOS RECENTES DADOS QUE ROMPEM EM DEFINITIVO COM A HIPÓTESE DE QUE AS CAUSAS DO ESGOTAMENTO DOS RECURSOS RECAEM UNICAMENTE SOBRE O CRESCIMENTO POPULACIONAL, BUSCA-SE ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO QUE RESPEITEM OS CICLOS NATURAIS EM SUAS PRÓPRIAS TEMPORALIDADES. ACELERAR OS PROCESSOS BIO-GEO-ECOLÓGICOS EM FUNÇÃO DA CRESCENTE VELOCIDADE HUMANA DE CONSUMO REPRESENTA INSUSTENTABILIDADE E, PORTANTO, A QUESTÃO RESIDE EM ENCONTRAR MEIOS DE EVITAR A ESCASSEZ E O ESGOTAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS.**

Estudos antropológicos enfocam que algumas sociedades humanas, que vivem em condições extremas de sobrevivência, apresentam elementos que indicam a presença de critérios básicos de sustentabilidade. Shiva (1993) fornece indícios que mostram que tais sociedades não se percebem dissociadas da natureza, numa relação de exterioridade, a exemplo do que ocorre com a sociedade moderna.

Recuando no passado, o mesmo se pode dizer com relação à sociedade grega pré- socrática, no século IV a.C. Na mitologia grega, recheada de referências baseadas na natureza, haveria, conforme ressalta MacCormick (1992), o acolhimento da força natural, e não uma propensão a substituí-la. Esta propensão para substituir a norma natural pela norma humana poderia desembocar na *hubris*, que era a referência teórica a desordem, instabilidade, desestruturação, desarmonia e desequilíbrio; noutras palavras, a transposição de limites ecossistêmicos que poderia, em última instância, acarretar o esgotamento dos recursos naturais.

Yearley (1996) ressalta que existe uma distinção entre a sustentabilidade ecológica e a sustentabilidade ambiental: a primeira refere-se ao estágio clímax de um ecossistema natural, onde os fluxos de entrada e saída de matéria e energia se mantêm equivalentes a longo prazo, configurando a maturidade do sistema espontaneamente, por conta da própria natureza. Já a segunda, partindo do mesmo princípio, envolve a intervenção humana através do gerenciamento ambiental, produzindo balanços energéticos que equilibram artificialmente o sistema, contrabalançando os estoques de energia e matéria que são utilizados como matéria prima na esfera produtiva humana.

Por sua vez, discorrendo sobre metodologias para a contabilidade ambiental, Spaargaren, Mol e Buttel (2000) identificam a existência de duas correntes a respeito da delimitação do esgotamento dos recursos naturais. De um lado, a que segue o padrão da sustentabilidade fraca, no qual se acredita ser possível a substituição absoluta do capital natural pelo capital material, onde a tecnologia teria perfeitas condições de promover o processo de transformação; de outro, a que segue o padrão de sustentabilidade forte, no qual as duas formas de capital não são substituíveis, e assim, o crescimento econômico necessariamente teria que ser condicionado à manutenção constante do estoque de capital natural.

Percebe-se haver um tom de otimismo tecnológico bastante pronunciado no primeiro caso, pois considera-se que estaria a

disposição da sociedade de risco (BECK, 1992) um *quantum* tecnológico suficientemente elevado para evitar os efeitos colaterais negativos da intervenção humana na biosfera, o que em última instância, desobriga a necessidade da implementação de políticas preventivas. De qualquer forma, os autores ressaltam que essas considerações evidenciam que o nível de consumo do capital natural é importante índice de sustentabilidade, apesar do ambiente ser ainda incipientemente valorizado pelo mercado. Ou seja, o uso, o esgotamento e a degradação dos recursos naturais não estão inseridos nos custos de produção e consumo.

Operacionalmente, Guimarães (2001) sugere que, em primeiro lugar, para o caso de gestão dos recursos naturais renováveis, dois princípios destacam-se como fundamentais. Por um lado, as taxas de utilização devem ser equivalentes às taxas de reposição. Por outro lado, as taxas de emissão de efluentes devem ser iguais à capacidade de assimilação dos ecossistemas em que tais efluentes são lançados. A incapacidade de manutenção dessas taxas deve ser tratada, portanto, como consumo de capital, isto é, não sustentável.

Em segundo lugar, para o caso dos recursos não renováveis, considerando-se que o próprio caráter de 'não renovável' impede uma utilização indefinidamente sustentável, há que limitar o seu ritmo de utilização ao do desenvolvimento ou descoberta de novos substitutos.

Com isso, o autor afirma que, para os recursos naturais renováveis, pode-se pensar no padrão da sustentabilidade fraca, enquanto que para os recursos naturais não renováveis, vale a sustentabilidade forte.

É preciso, ainda, fazer uma importante distinção entre dois outros conceitos, quando se enfoca o panorama da escassez dos recursos: há a escassez absoluta, que se refere ao esgotamento propriamente dito do estoque de recursos, e há a escassez relativa, que diz respeito aos padrões insustentáveis de produção e consumo, que atuam como fatores limitantes do esgotamento.

Deve-se, neste momento, lembrar que Morrison (1995) e Cahn (1995) identificam tanto padrões de consumo da pobreza como da riqueza que juntos contribuem para a deterioração da capacidade de suporte do planeta. No entanto, enfatizam que a força propulsora dominante do esgotamento dos recursos naturais situa-se no padrão de consumo dos países altamente industrializados. Conseqüentemente, a atenção deve ser deslocada da questão tecnológica como entendimento

da escassez absoluta, para voltar-se a questão política e sociológica, para enfrentar a escassez relativa.

A partir desta consideração, vislumbra-se com maior evidência que pode-se transcender a dimensão puramente ambiental da sustentabilidade, e envolver alguns parâmetros político-institucionais que dizem respeito às normas e critérios sociais para apropriação do capital natural. Percebe-se, assim, que a sustentabilidade referida no discurso ecológico oficial refere-se exclusivamente à ambiental, não incorporando suas várias dimensões.

Neste sentido pode-se associar fortemente a idéia de sustentabilidade com outras três dimensões sociais, já consagradas dentro do pensamento político do século XX: democracia, equidade e eficiência (FERREIRA E VIOLA, 1997).

Há que se levar em conta, ainda, a questão da escala. Podem ser consideradas variáveis para escalas mais finas e outras variáveis para escalas mais globais e regionais? Devem ocorrer também variáveis que transitam por várias escalas? Quais? Como se relacionam? Em termos aplicados, como se dá a relação regional-global do ponto de vista institucional e do conhecimento científico?

Desta forma, pode-se sugerir para a reflexão sobre a produção intelectual na área de ambiente e sociedade na América Latina - continente que tem os maiores índices de biodiversidade do mundo e, ao mesmo tempo, índices altíssimos de desigualdades sociais, além de uma democracia muito jovem e pouco consolidada- que deva haver especificidades nesta produção. Neste sentido, a própria discussão sobre sustentabilidade realizada acima traz “pistas” relevantes a este respeito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mudanças tecnológicas e econômicas das últimas décadas – com seus desdobramentos sociais, culturais e políticos - passaram como um furacão sobre as instituições construídas no início do século passado. Utopia e melancolia são duas palavras apropriadas para designar o mundo perdido do final do século XX (FERREIRA, 1997). Tais noções podem ajudar a esclarecer algumas questões fundamentais relativas à perda de nossos antigos ideais e, por conseguinte, melhor compreender a elaboração do luto daqueles que aferrados a projetos utópicos , tornaram-se seus órfãos.



Nesta perspectiva, um dos fenômenos mais instigantes deste novo século é que estamos vivendo o aparente sumiço do chamado “pensamento crítico” do cenário sociológico. Pode-se argumentar que o pensamento crítico “Latino-americano”, com raríssimas exceções, por várias questões já abordadas nos itens anteriores, teve enorme dificuldade de introduzir temas novos em suas análises.

Entretanto, a questão ambiental (dentre outros temas relevantes da sociologia contemporânea) teve o mérito, por sua especificidade (caráter inerentemente interdisciplinar, complexo e tardio no pensamento social), de colocar para os cientistas sociais alguns “problemas” de ordem conceitual e epistemológica, no mínimo, instigantes. Pode-se observar desdobramentos disso na sociologia ambiental latino-americana, bem como noutros campos da teoria social contemporânea que se produz no subcontinente.

Cabe neste momento somente sugerir algumas questões que devem ser problematizadas no debate dos pesquisadores que atuam na interface do ambiente com a sociedade:

- 1) Reconhecer as várias formas de conhecimento existentes e as práticas que as sustentam para incorporá-las em uma relação horizontal não relativista, mas argumentativa, constitui uma posição especial para este tipo de reflexão. Trata-se de uma análise que se constrói temporalmente; que recusa o império da fragmentação e dispersão; que não substitui sem mais os objetos de reflexão sociológicos já consagrados, mas coloca-se num outro campo epistemológico: o da contemporaneidade radical dos acontecimentos;
- 2) Considerando que a produção latino-americana na área de ambiente e sociedade tem acompanhado o debate internacional, seria preciso interrogar-se sobre as especificidades desta produção não apenas em termos da diversidade dos contextos empíricos envolvidos, mas sobretudo no que diz respeito à sua posição no “campo de disputas científicas”.

Há ainda várias questões a desafiar nossa reflexão neste campo, mas apenas os problemas levantados acima já mostram que vale a pena enveredar neste área de investigação.

Cabe ressaltar que, já no início da primeira década do novo século, pode-se observar, contudo, mudanças significativas nos interesses

deste núcleo latino-americano mais fortemente agregado em torno do campo de reflexões sobre a interface entre sociedade e ambiente. Indícios de tais mudanças, no caso brasileiro, podem ser buscados na agregação de demandas intelectuais impostas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS).

A programação de seus três primeiros encontros delinea os seguintes temas para debate no âmbito dos grupos de trabalhos e mesas redondas: regimes ambientais internacionais, mudanças climáticas, dimensões humanas da biodiversidade; consumo e segurança alimentar e de energia, dimensões locais das mudanças ambientais, cidades sustentáveis, educação ambiental em sociedades do conhecimento, além dos temas mais tradicionais, como interdisciplinaridade, dinâmicas demográficas, risco ambiental, políticas ambientais e teoria e ambiente.

Estes dados levantados na programação dos encontros da ANPPAS nos ilustram a diversidade temática e de abordagens teórico-metológicas utilizada pelos autores, além de um vínculo orgânico com a interface sócio-ambiental que caracteriza tal produção.

Gostaria de apresentar, para finalizar, um breve comentário que tem orientado a reflexão sobre a produção intelectual na área de ambiente e sociedade, e que se inspira na análise acima apresentada sobre interdisciplinaridade.

A criatividade sociológica supõe, ao mesmo tempo, um corte com o senso comum e uma elaboração teórica permanente e audaciosa de hipóteses. Como bem se sabe, as grandes criações científicas não se reduzem "nem ao grito da revolta ('a simples ideologia'), nem ao rigor das construções científicas". Evidentemente, como diz Ortiz (2003), no interior da obra de um autor existe um grau diversificado de coeficiente ideológico. O trabalho intelectual nutre-se, ainda segundo o autor, de uma dimensão ambivalente (ambivalência não é sinônimo de ambigüidade): o rigor e o controle científico e uma vinculação visceral às coisas do mundo.

Neste sentido, a dificuldade para conhecer a verdade (Habermas, 1987) é um problema que as ciências sociais estão obrigadas a se colocar neste século, não por uma questão de calendário, mas da consciência crítica da dificuldade dos saberes disciplinares diante da complexidade da sociedade. Uma questão inevitável coloca-se frente a isto, e que diz respeito à relação do investigador com a investigação.

No início do século, Max Weber (1982) resumiu a trajetória do pensamento moderno chamando-lhe de "desencantamento do mundo".

Prigogine e Stengers (1996) apelaram a um “re-encantamento do mundo”. O conceito de “desencantamento do mundo” representou a busca de um conhecimento objetivo, liberto das sabedorias ou ideologias aceitas. Tal exigência, que constitui um passo fundamental no sentido de libertar a atividade intelectual de pressões externas e da mitologia, continua a ser válida. Não se tem, portanto, o menor desejo de fazer retroceder o pêndulo e de novo encontrar-se na difícil situação de que o desencantamento do mundo nos procurou salvar.

O apelo no sentido do “re-encantamento do mundo” é de natureza diferente. Não se trata de um desejo de mistificação. Trata-se, antes, de um apelo ao dismantelamento das fronteiras artificiais existentes entre os seres humanos e a natureza, ao reconhecimento de que ambos fazem parte de um universo único, atravessado pela flecha do tempo.

Transpor o re-encantamento do mundo para uma prática razoável e eficaz não é tarefa fácil. Se o investigador não pode ser “neutro” e se o tempo e o espaço são variáveis externas da análise, tem-se como conseqüência que a tarefa de reestruturação das ciências sociais tem de resultar da interação de estudiosos provenientes das mais diversas paragens e perspectivas, e que esta interação seja algo real e não mera cortesia para mascarar a imposição das concepções de apenas alguns setores da comunidade científica .

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, U. RISK SOCIETY. TOWARDS A NEW MODERNITY. SAGE PUBLICATIONS. LONDON, 1992.
- CAHN, M.A. Environmental deceptions. The tensions between liberalism and environmental policymaking in the United States. State University of new York. New York, 1995.
- CATTON, W. & DUNLAP, R. Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*. Vol.13.n.1. february. Washington, 1998.
- CASTELLS, M. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 2. Paz e Terra. São Paulo, 1999.
- COMISSÃO GULBENKIAN Para Abrir as Ciências Sociais. Editora Cortez. São Paulo, 1996.
- DOCTORADO AMBIENTE E SOCIEDADE na UNICAMP (2003). CAPES/ IFCH/ NEPAM.
- FERREIRA, Leila da C. Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil. Ed. Annablume. São Paulo, 2006.

- \_\_\_\_\_ (org) A Sociologia no Horizonte do século XXI. Boitempo Editorial. São Paulo, 1997.
- FERREIRA, Leila da C. e VIOLA, E. (orgs.) Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- FERREIRA, Lúcia da C. "A importância da interdisciplinaridade para a sociedade" in A interdisciplinaridade nas Ciências Ambientais. PNUMA/MCT/PADCT-CIAMB. Brasília, 2000.
- FLORIANI, D. Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização. Juruá Editora. Curitiba, 2004.
- GIDDENS, A. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1991.
- GUIMARÃES, R. "Ecopolítica em áreas urbanas: a dimensão política dos indicadores de qualidade ambiental" In: Amaury, (org.), 1984.
- \_\_\_\_\_. "A Ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento". In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N (org). O desafio da sustentabilidade. Um debate sócio-ambiental no Brasil. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2001.
- HABERMAS, J. The Theory of Communicative Action. Vol 2. Beacon Press. Boston, 1987.
- HANNIGAN, J. Environmental Sociology- a social constructionist perspective. Routledge. London and New York, 2000.
- LEIS, H. A PÓS GRADUAÇÃO NO BRASIL NA ÁREA DE AMBIENTE E SOCIEDADE. Trabalho apresentado na SBS. (mimeog.), 2000.
- MCCORMICK, J Rumo ao paraíso. A história do movimento ambientalista. Dumará. Rio de Janeiro, 1992.
- MORRISON, R. Ecological Democracy. South and Press. Boston, 1995.
- O'CONNOR, J. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. *Ambiente e Sociedade*. vol. VI n. 2 jul/dez, 2003.
- ORTIZ, R. *As Ciências Sociais e o Trabalho Intelectual*. Ed. Olho D'Água. São Paulo, 2003.
- PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. A nova aliança. Metamorfose da ciência. Ed. da UnB. Brasília, 1991.
- SCHNNAIBERG, A. The Environment. Oxford University Press. New York, 1980.
- SHIVA, V. " Farmers rights, biodiversity and international treaties". *Economic and political weekly*. April 1993, Pp.555-560.
- SPAARGAREN, G; MOL, A. & BUTTEL, F. Environment and Global Modernity. Sage. Thousand Oaks, New Delhi, 2000.
- TOURAINÉ, A. Crítica da Modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- YEARLEY, S. Sociology, Environmentalism and Globalization. Sage. London, 1996.
- WEBER, M. Ensaio de Sociologia. Zahar editores. Rio de Janeiro, 1982.